

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

FORMAÇÃO CONTÍNUA 2017/2018

Temas de Direito Administrativo

Ação de Formação Contínua Tipo C

Lisboa - 27 de abril e 4 de maio de 2018 - CEJ - Sala de Audiências

Porto - 8 e 15 de junho de 2018 - Tribunal da Relação do Porto, Palácio da Justiça - Campo Martires da Pátria

Destinatários: Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.

Objetivos: Procurando dar resposta às principais necessidades formativas da jurisdição administrativa, incidirão os temas de direito administrativo sobre as alterações legislativas introduzidas no âmbito do direito do urbanismo e do ambiente; a responsabilidade civil extracontratual do Estado (responsabilidade do Regulador e das Entidades Administrativas Independentes, por falta de supervisão bancária, a responsabilidade civil por omissão regulamentar e a responsabilidade pelo sacrifício; o dano não patrimonial; o regime da execução de julgado, incluindo a indemnização devida por inexecução do julgado, em sede de ações de atos e de contratos e outras questões de natureza processual.

Programa: 1.º dia – 27 de abril – Lisboa

Responsabilidade Civil Extracontratual

Manhã

09h45 Abertura

Direção do Centro de Estudos Judiciários

10h00 Responsabilidade civil do Estado por violação do direito a uma decisão judicial em prazo razoável. Pressupostos, em especial o prazo razoável

Ricardo Lopes Dinis Pedro, CEDIS, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

10h50 Responsabilidade civil do Estado por violação do direito a uma decisão judicial em prazo razoável. O montante indemnizatório – Jurisprudência do TEDH

Ana Rita Campino, Jurista, Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

11h40 Responsabilidade civil do Estado por violação do direito a uma decisão judicial em prazo razoável. O montante indemnizatório – Jurisprudência Nacional

Carlos Cadilha, Juiz Conselheiro Jubilado

12h30 Debate

Moderação: **Rui Belfo Pereira**, Juiz Desembargador, Presidente do Tribunal Central Administrativo Sul

formacao-def@mail.cej.mj.pt

Tarde

15h00 A responsabilidade civil extracontratual do Estado por quebra do dever de boa administração

Carla Amado Gomes, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

16h00 A culpa do lesado

Marco Caldeira, Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

17h00 Debate

Moderação: **Conceição Ligeiro**, Procuradora-Geral Adjunta, Tribunal Central Administrativo Sul

NÚCLEOS:

Coimbra – Av. Sá da Bandeira, edif. Golden, 115-5.º, letras E, F, G, H (antigo Registo Notarial) 3004-515 Coimbra – Tel.: 23 983 49 24

Porto – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º – 4049-074 Porto

Tel: 22 205 89 68 | 22 203 12 99 | Fax: 22 200 89 44

Largo do Limoeiro – 1149-048 Lisboa

Tel: 21 884 56 00 | Fax: 21 884 56 15

cej@mail.cej.mj.pt

www.cej.mj.pt

**CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS**

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

FORMAÇÃO CONTÍNUA 2017/2018

Temas de Direito Administrativo

Ação de Formação Contínua Tipo C

Lisboa - 27 de abril e 4 de maio de 2018 - CEJ - Sala de Audiências

Porto - 8 e 15 de junho de 2018 - Tribunal da Relação do Porto, Palácio da Justiça - Campo Martires da Pátria

Programa: 2.º dia – 4 de maio – Lisboa

Temas de Supervisão e Regulação Bancária

Manhã

10h00 O enquadramento normativo europeu e nacional da supervisão e das medidas de resolução aplicáveis às instituições de crédito

Paulo Câmara, Professor da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica, Advogado

12h00 Debate

Moderação: **Sofia David**, Juíza Desembargadora, Tribunal Central Administrativo Sul

Tarde

14h30 A reação contenciosa perante as deliberações que aplicam medidas de resolução e as atuações ou omissões dos titulares dos poderes de supervisão e resolução bancária

Vasco Freitas da Costa, Advogado

15h30 Responsabilidade do Regulador e das Entidades Administrativas Independentes por falta de supervisão bancária

Maria de Lurdes Pereira, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Advogada

16h30 Debate

Moderação: **Helena Cluny**, Procuradora da República, Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

formacao-def@mail.cej.mj.pt

NÚCLEOS:

Coimbra – Av. Sá da Bandeira, edif. Golden, 115-5.º, letras E, F, G, H

(antigo Registo Notarial) 3004-515 Coimbra – Tel.: 23 983 49 24

Porto – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º – 4049-074 Porto

Tel: 22 205 89 68 | 22 203 12 99 | Fax: 22 200 89 44

**CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS**

Largo do Limoeiro – 1149-048 Lisboa

Tel: 21 884 56 00 | Fax: 21 884 56 15

cej@mail.cej.mj.pt

www.cej.mj.pt

Temas de Direito Administrativo

Ação de Formação Contínua Tipo C

Lisboa - 27 de abril e 4 de maio de 2018 - CEJ - Sala de Audiências

Porto - 8 e 15 de junho de 2018 - Tribunal da Relação do Porto, Palácio da Justiça - Campo Martires da Pátria

Programa: 3.º dia – 8 de junho – Porto

Direitos fundamentais/Processo Administrativo

Manhã

10h00 Que direitos fundamentais temos? Dimensões de proteção interna e internacional

Luísa Neto, Professora da Faculdade de Direito da Universidade do Porto

11h00 A proteção de direitos, liberdades e garantias pelos Tribunais Administrativos

Benedita Mac Crorie e Sofia Pinto Oliveira, Professoras da Escola de Direito da Universidade do Minho

12h00 Debate

Moderação: **Carlos Carvalho**, Juiz Conselheiro, Supremo Tribunal Administrativo

Tarde

14h30 Decisão de impugnações administrativas necessárias e facultativas: Ato impugnável, prazo de impugnação e prazo para deduzir pedido de condenação à prática do ato devido

Rodrigo Esteves de Oliveira, Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

15h30 Cumulação de pedidos: legitimidade passiva e representação em juízo

Maria Elizabeth Fernandez, Professora da Escola de Direito da Universidade do Minho

16h30 Debate

Moderação: **Carlos Fernandes Santos**, Procurador da República, Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto

Temas de Direito Administrativo

Ação de Formação Contínua Tipo C

Lisboa - 27 de abril e 4 de maio de 2018 - CEJ - Sala de Audiências

Porto - 8 e 15 de junho de 2018 - Tribunal da Relação do Porto, Palácio da Justiça - Campo Martires da Pátria

Programa: 4.º dia – 15 de junho – Porto

O novo Código do Procedimento Administrativo

Manhã

10h00 Âmbito de aplicação do Código do Procedimento Administrativo

José Eduardo Figueiredo Dias, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

11h00 Notificações

Ricardo Branco, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

12h00 Debate

Moderação: **Manuel Matos Santa**, Procurador da República, Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto

Tarde

14h30 Revogação de atos constitutivos de direitos por razões de mérito e de alteração das circunstâncias

Sandra Lopes Luís, Assistente Convidada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

15h30 Princípios gerais da atividade administrativa: o princípio da proporcionalidade e os princípios da justiça e da razoabilidade

Juliana Ferraz Coutinho, Professora da Faculdade de Direito da Universidade do Porto

16h30 Debate

Moderação: **Ricardo Oliveira e Sousa**, Juiz de Direito, Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto